



ACÓRDÃO Nº1820/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11192/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual..
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Comunicação – SEMCOM.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Celio Alves Rodrigues Junior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ney Bastos Soares Junior – OAB/AM 4336.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 269/2021, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Comunicação - SEMCOM. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Comunicação - SEMCOM, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. **Celio Alves Rodrigues Junior**, – Secretário e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Celio Alves Rodrigues Junior** no valor de **R\$1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, com fundamento no art. 54, VII da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução nº 04/2018 pela restrição nº 01 do Relatório Conclusivo nº 25/2018, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM),



ACÓRDÃO Nº1820/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar à Secretaria Municipal de Comunicação - Semcom que:

10.3.1. Busque junto ao Executivo Municipal a incorporação de servidores que possam ocupar os cargos de contador e controlador interno do órgão, preferencialmente advindo de Concurso Público, para que fique caracterizado o vínculo com a Administração;

10.3.2. Realize no site de transparência a divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público, como determina o art. 8º, §1º, I, da Lei nº 12.572/11 e art. 7º, §2º, VI do Decreto 7.724/2012);

10.3.3. Observe com o máximo zelo as disposições da Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitação e Contratos;

10.3.4. Observe com o máximo zelo a Lei nº 4.320/64, principalmente quanto às fases da despesa pública;

10.4. Dar ciência desta decisão ao Sr. **Célio Alves Rodrigues Júnior**.

10.5. Arquivar os presentes autos nos termos regimentais.

11- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 25 de outubro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1820/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição

Este documento foi assinado digitalmente por JOSUE CLAUDIO DE SOUZA NETO em 17/11/2022.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 5069B547-778D8627-4C37DF63-CBEF44B3